



Em frente ao Capitólio, manifestante carrega faixa que defende impeachment do presidente Donald Trump Joe Raedle/Getty Images/AFP

Trump vê pressão por saída crescer e banimento permanente do Twitter

Rede social decide expulsar presidente por 'risco de incitação à violência' e pressão de funcionários

Daigo Oliva

SÃO PAULO Donald Trump terminou a noite de quinta-feira (7) com um discurso estranho até para os seus padrões. Após ser desbloqueado pelo Twitter, o atual presidente dos EUA publicou um vídeo na rede social no qual condenou o ataque ao Capitólio, prometeu uma transição pacífica de poder e se esqueceu de falar a palavra "fraude", embora tenha citado outra muito rara em seu vocabulário: reconciliação. A dias do fim do mandato do republicano, ninguém mais acredita em uma transformação do líder americano mais controverso da história recente do país. Trump está acuado, sob a nuvem de um afastamento, seja por impeachment ou pelo uso da 25ª Emenda constitucional, ainda que alguns queiram que ele facilite o processo e renuncie. Os pedidos mais estriden-

tes vêm, claro, dos democratas, que passaram a aventar a possibilidade de tirar Trump do poder no minuto seguinte à insurreição protagonizada por apoiadores do presidente e insuflada pelo próprio. Nesta sexta (8), Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes, voltou a defender que o vice Mike Pence e ao menos metade do gabinete do governo acionem o dispositivo previsto na Constituição que permitiria a saída imediata de Trump do poder sob a justificativa de incapacidade. Como nem Pence nem secretários da Casa Branca demonstraram publicamente disposição para tal, ela repetiu a ameaça de abrir um processo de impeachment por incitação à violência, embora a viabilidade de conclusão dessa ação, devido ao curto tempo até que Joe Biden assuma a Presidência e à composição do Congresso, seja improvável.

De acordo com a rede de notícias CNN, o primeiro esboço de um processo de afastamento de Trump teria, neste momento, o apoio de 131 membros do Partido Democrata, número superior ao que havia a esta mesma altura em 2019, quando um impeachment do presidente foi aprovado na Câmara. Atualmente, os democratas têm maioria na Casa, mas os republicanos possuem maioria no Senado até que os dois novos senadores eleitos pela Geórgia tomem posse. Isso deve ocorrer nas próximas semanas, mas a data ainda não está definida. Ainda que a saída de Trump da Casa Branca esteja muito próxima, Pelosi afirma que o afastamento imediato é necessário porque o presidente é um desequilibrado. A fala, claro, esconde o desejo de ver o republicano deixar o cargo humilhado,

sem contar a chance de que, uma vez aprovado, um impeachment impediria uma candidatura de Trump em 2024. Seja por motivos políticos ou por razões de segurança, uma vez que as cenas de caos no Capitólio ainda estão frescas na memória, a democracia diz ter conversado com o chefe do comando militar do país, Mark Milley, para encontrar uma forma de impedir que o presidente lance um ataque nuclear em seus últimos dias na Casa Branca. Não há nenhuma informação, até o momento, de que o atual presidente pretenda tomar qualquer ação do tipo, mas Pelosi quer garantir que Trump não tenha acesso aos códigos nucleares caso decida realizar um ataque, uma prerrogativa do líder americano, que também é o chefe das Forças Armadas. Ainda do lado democrata, Biden criticou Trump, "uma

vergonha para o país", "alguém que não merece ocupar a Presidência", mas na hora de opinar sobre o afastamento, tirou o corpo fora. Para o presidente eleito, numa declaração um tanto labiríntica, o Congresso decide as decisões do Congresso. A pressão sobre Trump, no entanto, não vem apenas do lado rival. Lisa Murkowski, do Alasca, foi, não apenas a primeira senadora do Partido Republicano a defender em público e de forma inequívoca que o correligionário saia, como sugeriu deixar a legenda caso os colegas continuem alinhados a ele. A ameaça de defecção, acompanhada de declarações fortes — "Ele já causou danos suficientes, ele só quer ficar pelo título, por causa de seu ego" —, vem num momento de fragilidade do partido no Senado. Com a eleição de dois democratas na Geórgia, a mai-

oria na Casa agora é democrata, já que a composição agora está empatada entre as legendas, e o voto de minerva é da futura vice, Kamala Harris. Assim, o poder de barganha dos republicanos perderia força com uma eventual saída de Murkowski, que, em relação à saída de Trump, já tinha o apoio de outros dois deputados de sua legenda, Adam Kinzinger e Steve Stivers. O senador Ben Sasse, de Nebraska, de maneira mais tímida, disse que consideraria votar para remover Trump do cargo se a Câmara abrisse novamente um processo de impeachment. Outro a pedir renúncia, em editorial, foi o Wall Street Journal, publicação de linha conservadora e de propriedade do magnata de mídia Rupert Murdoch, também dono da emissora Fox News e do tabloide New York Post — ambos já viveram tempos de maior proximidade com o presidente. De acordo com o editorial, a invasão do Capitólio insuflada pela narrativa de Trump "foi uma agressão ao processo constitucional de transferência de poder após uma eleição" e também "um ataque ao Legislativo de um Executivo que jurou defender as leis dos EUA". "Isso atravessa uma linha constitucional que Trump nunca cruzou. É motivo de impeachment", afirma o jornal. Se a quinta-feira de Trump tinha terminado com o fim do bloqueio parcial imposto pelo Twitter devido a violação de regras da rede social, a sexta do republicano terminou com um banimento permanente por "risco de incitação à violência". Quem acessar o perfil do republicano encontrará uma página em branco, sem nem sequer sua foto. O presidente já havia sido bloqueado pelo Facebook e pelo Instagram pelo menos até a cerimônia de posse de Biden, em 20 de janeiro. O Twitter disse que a rede social existe para que usuários ouçam os líderes mundiais diretamente, mas que "há anos deixamos claro que essas contas não estão acima de nossas regras e não podem usar a plataforma para incitar violência". Nos bastidores, segundo o jornal The Washington Post, centenas de funcionários da empresa exigiram, em uma carta, que os líderes da rede social suspendessem permanentemente o perfil do presidente. No pedido, dirigido ao presidente da plataforma, Jack Dorsey, e seus principais executivos, cerca de 350 empregados também solicitaram uma investigação sobre as decisões corporativas tomadas pelo Twitter nos últimos anos ajudaram a fomentar a invasão do Congresso americano. Agora, um Trump acuado perde de vez um de seus maiores megafones virtuais.

Tom conciliatório dura horas, e republicano diz que não irá à posse

Marina Dias

SÃO PAULO E WASHINGTON A 12 dias do fim de seu mandato como presidente dos EUA, Donald Trump quebrou mais um protocolo: anunciou que não irá à posse de seu sucessor, Joe Biden. Ainda que ele tenha precedentes, a ruptura nessa tradição ocorreu apenas outras três vezes na história do país, todas elas no século 19. A Constituição afirma que o mandato do presidente expira ao meio-dia de 20 de janeiro, quatro anos depois de sua posse, dando lugar ao governo do vencedor da eleição. O respeito às tradições democráticas implica comparecer à cerimônia, uma demonstração de transição pacífica. A decisão também contraria o discurso mais recente do próprio Trump, que na noite de quinta (7) publicou em rede social vídeo no qual afirma que seu foco agora é garantir uma transferência tranquila de poder. O presidente, pressionado pela possibilidade de afastamento e por seguidos

pedidos de demissões em seu governo, fez uma fala em que citava "reconciliação" e "citração". Não durou 24 horas. Vencedor do último pleito, Biden deu de ombros e ironizou. afirmou que a ausência do rival é "uma das poucas coisas em que ele e eu já concordamos". "Ele não aparecer é uma coisa boa." Antes de Trump, três líderes não deram as caras na inauguração dos adversários: John Adams, em 1801; o filho dele, John Quincy Adams, em 1829; e Andrew Johnson, em 1869. Os motivos variam pouco: tensão política, disputas eleitorais traumáticas e casos de drama familiar. Em 1921, Woodrow Wilson não participou integralmente da cerimônia para celebrar o início do governo de Warren Harding devido a dificuldades físicas após um derrame. Ainda assim, acompanhou o sucessor, de carro, no caminho da Casa Branca ao Capitólio. A rara quebra de protocolo permite um olhar histórico pouco animador para Trump,

que cogita lançar sua campanha à Casa Branca para 2024. Nos três casos do passado, os presidentes que assumiram o cargo sem a presença do antecessor na posse não só exerceram gestões de muito apoio popular como conseguiram se reeleger com facilidade. O primeiro a deixar de comparecer à cerimônia de estreia do sucessor foi John Adams, o segundo presidente dos EUA. Advogado e diplomata, ele governou o país de 1797 a 1801. Ele ficou em terceiro lugar de uma disputa confusa, que terminou em empate entre Thomas Jefferson e Aaron Burr. A decisão nesse caso fica nas mãos da Câmara dos Representantes, e Jefferson chegou a pedir que Adams, então presidente, interferisse no processo, o que não aconteceu. Os deputados deram a vitória a Jefferson, e Adams deixou a Casa Branca na madrugada de 4 de março de 1801, dia da posse de seu adversário. Quase três décadas depois, em 1829, um dos filhos de Adams, John Quincy Adams, repetiu o gesto do pai e não foi à posse de seu sucessor, Andrew Jackson. Após perder a disputa para Quincy Adams, Jackson prometeu revanche e, durante todo o mandato do presidente, foi um de seus opositores mais ferrenhos. Adams tentou manter relações cordiais com o adversário, sem sucesso, e deixou Washington na noite de 3 de março, véspera da posse. O último e até agora mais recente presidente americano a não aparecer na posse de um

sucessor é Andrew Johnson. E isso já faz mais de 150 anos. Johnson assumiu a Presidência depois do assassinato de Abraham Lincoln, de quem era vice, e comandou o país de 1865 a 1869. Controverso, assim como Trump, foi o primeiro presidente a sofrer processo de impeachment, mas foi absolvido pelo Senado, também como Trump, em 1868. Sobre Sarney, Figueiredo disse à revista IstoÉ, pouco antes de sua morte, em 1999: "Sempre foi um fraco, um carreirista. De puxa-saco passou a traído. Por isso não passei a faixa presidencial para aquele pulha. Não cabia a ele assumir a Presidência". Figueiredo não foi o único, porém, a se recusar a cumprir os ritos de transição no Brasil. Flávio Cury, ex-governador de 1891 a 1894, decidiu não comparecer à posse de Prudente de Moraes, porque não via com bons olhos a chegada de um civil ao poder. Afonso Pena também não pôde passar a faixa a seu sucessor, Nilo Peçanha. Morreu em 1909, em decorrência de uma forte pneumonia, e Peçanha, seu vice, assumiu a Presidência. Em 1954, Café Filho viu-se presidente do dia para a noite e começou a governar o país também sem a bênção de seu antecessor, Getúlio Vargas, que cometera suicídio.

Figueiredo foi último presidente do Brasil a quebrar protocolo
BAURUR (SP) No Brasil, o exemplo mais recente de um chefe do Executivo que se recusou a comparecer à posse de seu sucessor foi o general João Baptista Figueiredo, o último presidente da ditadura militar. O ano era 1985, o Brasil ainda ensaiava um governo democrático, e José Sarney teve que assumir o comando do país depois que o presidente eleito à época, Tancredino Ne-

“[A ausência de Trump] é uma das poucas coisas em que ele e eu já concordamos. Ele não aparecer é uma coisa boa”

Joe Biden presidente eleito dos EUA